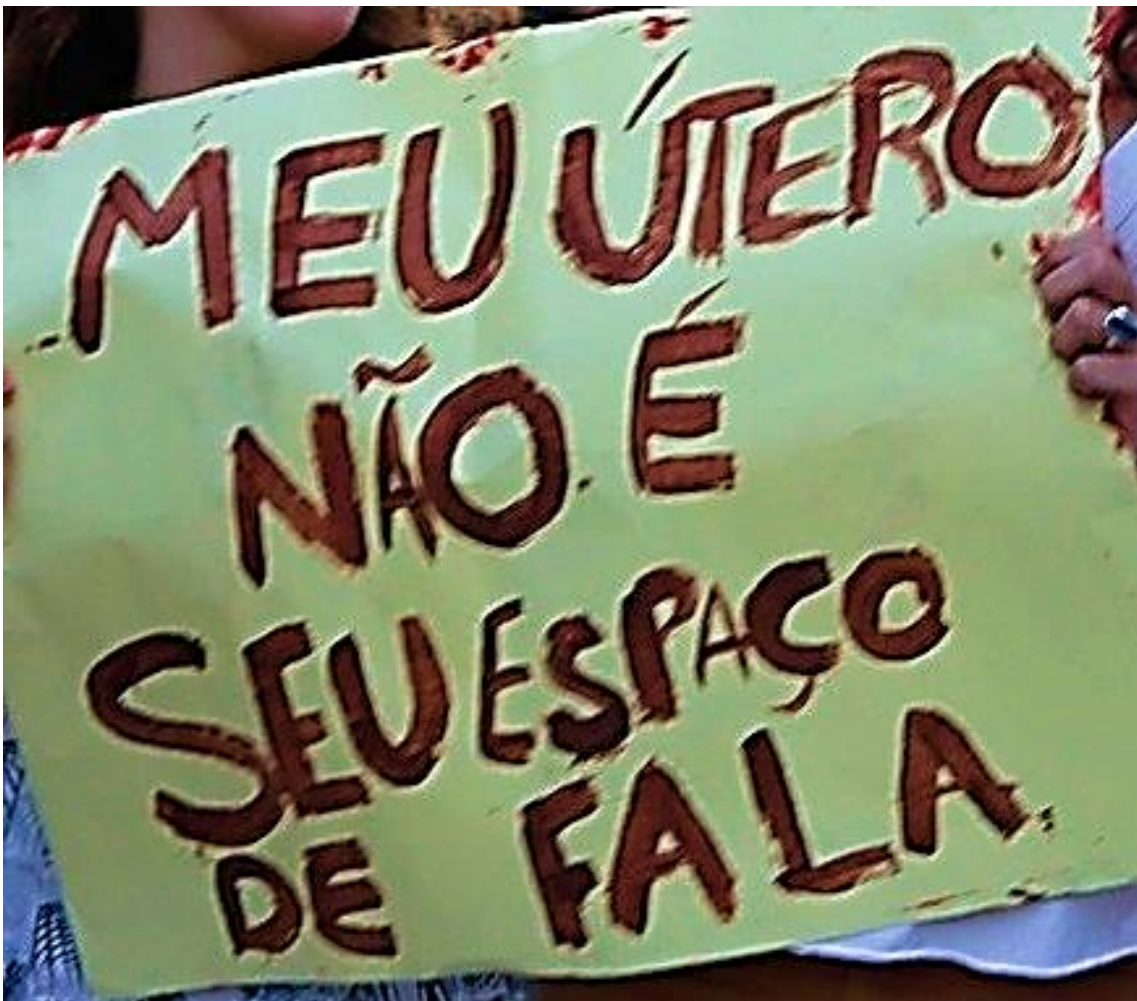


ÚTERO LIVRE

N.2 – setembro 2018

ZINE FEMINISTA LATINA-AMERICANA



**PELO DIREITO À COMUNICAÇÃO EM
ABORTO**

A comunicação e a informação sobre ABORTO são nosso DIREITO!

Essa zine apresenta as discussões ocorridas durante oficinas e debates sobre o direito à comunicação e informação sobre aborto, em 2017. Nosso objetivo aqui é registrar algumas possibilidades de trabalhar o tema e, ao mesmo tempo, inspirar as mulheres que desejam construir outras perspectivas e problematizar seus contextos.

Para início de conversa, queremos reforçar que a comunicação é um direito! Falar, discutir e trazer para o debate público a questão do aborto, as distintas condições que, hoje, as mulheres vivem em relação a isso, bem como as várias reivindicações é um direito nosso!

As estratégias de comunicação apontadas aqui visam fortalecer nossas ações e pensamentos, e resistir à onda de criminalização e medo que o estado brasileiro e os setores fundamentalistas usam para impedir às mulheres e à sociedade de pensar, expressar e representar, nos espaços privado e público, o tema de aborto.



Os desafios na hora de falar sobre aborto entre mulheres e na sociedade

Um dos desafios que apareceram em nossas conversas foi colocado por participantes em relação às dificuldades que encontram ao levar o assunto para alguns espaços específicos: como escolas, espaços religiosos ou de presença significativa de discursos religiosos emblemáticos.

Ao invés de apontar soluções, nossos debates foram possibilitando um mapeamento dos desafios e possibilidades para a construção do discurso feminista pelo direito ao aborto.

Algumas dessas questões nos acompanham todos os dias em nossa militância e no trabalho de base que fazem as organizações de mulheres, mas, às vezes, passam despercebidas no momento em que nos sentamos para delinear estratégias de incidência política, escrever materiais de informação e nos encontramos com públicos que são contra o aborto, mas a quem não devemos ver como se fossem "nossas/os inimigas/os".

É importante lembrar que a formação fundamentalista no Congresso e nas mentes das pessoas não é natural. Essa foi tecida pouco a pouco, e nosso trabalho também passa por uma desconstrução, facilitação e produção de contranarrativas e informação sobre o tema.

Durante nossas oficinas de comunicação e educação popular, achamos muito importante partir da experiência das participantes das oficinas. Pudemos, portanto, desenvolver atividades onde começamos por colocar perguntas, "nossas dúvidas" sobre aborto e, então, foi possível que muitas questões viessem à tona, além de muitas interseções com outras temáticas de direitos.



Uma percepção que veio com muita força nesse momento foi a de que, na maioria das vezes, recorremos a referências do "norte", seja europeu ou estadunidense, para falar de aborto,

seja em seus símbolos, histórias, personagens e palavras, nos quais muitas mulheres não se reconhecem.

É importante recuperar e fortalecer o histórico dessa luta em nossa região, na América Latina e Caribe, e buscar experiências de outros contextos, como o Africano, das mulheres negras da diápora e das mulheres que trabalham com ervas e medicina tradicional.

As mulheres abortam desde tempos ancestrais

Essa discussão nos fez pensar como é importante atuar em diversas frentes. Reconhecemos que é necessário buscar com máxima urgência a legalização do aborto que nos permitirá construir e acessar políticas públicas para que todas as mulheres possam abortar.

Por outro lado, queremos desenvolver políticas próprias do movimento que nos permitam ter propostas JÁ para as mulheres que estão abortando nesse momento. É de extrema relevância nos fazermos perguntas como:

Por que a parte do mundo que promoveu processos de colonização sobre povos e territórios, hoje, goza de legislações que variam entre a despenalização e a legalização, enquanto que grande parte de sociedades que sofre(ra)m com a exploração capitalista colonial, com um histórico de escravidão e de forte imposição

religiosa e institucional continuam sem constituições e leis permissivas ao aborto? Nossas condições históricas e sociais são fundamentais para entender a força e as características que a luta, em nosso contexto, adquire.

“É PELA VIDA DAS MULHERES!”: exercícios de comunicação

Se é verdade que todas abortamos e “somos todas clandestinas”, enquanto feministas também temos lembrado que “as ricas pagam, e as pobres morrem”. Levando em consideração a realidade de desigualdade social e racial em nosso país, que exercícios de comunicação poderíamos fazer para alertar sobre a situação e dar um giro radical em nosso discurso, como foi colocado por uma feminista negra durante uma de nossas atividades?

O que temos a aprender enquanto um movimento que é tecido por diferentes movimentos de mulheres e de busca por direitos?

Pode a violação do direito ao aborto se conectar com outras formas de precarização da vida das mulheres e com as diversas lutas que travamos contra as violências e pela vida? Entre as mais importantes aprendizagens que a luta pelo direito ao aborto pode tirar está a trajetória do movimento de mulheres negras pela saúde sexual e reprodutiva, que chama a atenção para as diferenças entre as mulheres em suas experiências, reivindicações e relações com as distintas instituições do Estado.

Existem essas e outras perguntas que o seu grupo, assim como o nosso, pode se perguntar de acordo com as reflexões coletivas e realidades próprias.



Racismo intitucional e justiça reprodutiva

A forma como o aborto é vivido está diretamente ligada ao tratamento diferente que a sociedade e o Estado - capitalista, patriarcal, racista e heteronormativo - dá às mulheres em razão de seu sexo, gênero, raça, sexualidade, classe e dos recursos a que ela terá acesso por causa dessa estrutura social hierárquica e injusta.

Um dos principais alertas feito pelo movimento de mulheres negras, e incorporado também pelo movimento feminista, é de que apesar de o aborto ser uma prática buscada e realizada por mulheres de todas raças/cores, idades, experiências sexuais, vivências, níveis escolares, sexualidades, religiões e classes sociais, as mulheres negras e pobres – devido ao racismo que formou o Estado e sociedade brasileira desde seu início – são aquelas que mais são afetadas pela criminalização do aborto em seu quadro geral:

- com um Estado que criminaliza o aborto e um sistema de saúde que não considera o aborto como procedimento médico e, em especial, quando esse é acessado principalmente pelas mulheres negras e pobres, enquanto que mulheres brancas e de classes mais altas conseguem acessar o sistema privado;

- por um sistema judiciário que determina sentenças, fianças e penas socioeducativas diferentes para mulheres pobres e negras.

Segundo a pesquisa publicada em novembro de 2017 pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, há 42 réis processadas por aborto no estado, segundo o art. 124 ("*Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque*"). Das 42 réis, 22 foram processadas por batidas em clínicas clandestinas, enquanto as demais foram denunciadas por conhecidas/os, familiares e, na grande maioria (14 casos), por profissionais de saúde quando buscaram atendimento médico pós-aborto.

Das 22:

- 8 brancas, 7 negras (pretas e pardas) e 7 sem informações;
- estavam no início da gravidez (a mais avançada havia 14 semanas);
- a média dos valores que pagaram às clínicas oscila entre R\$1.670, sendo o menor valor 600 reais e o maior R\$ 4.500;
- 6 relataram já terem filhas/os;
- 3 fianças foram possíveis de serem verificadas: R\$315,00; R\$600,00 e R\$678,00.

Das 20:

- 8 brancas, 12 negras (pretas e pardas);
- estavam em estágio de gravidez avançada, o que demonstra um acesso à saúde ainda mais precarizado já que a busca por atendimento se deu em estado avançado;
- 13 relataram já terem filhas/os;
- duas fianças foram possíveis de serem verificadas: R\$400,00 e R\$8.310,00.

Mas dentro de um contexto de ações do movimento feminista e de mulheres, o que significa reconhecer a diferença do tratamento dado às mulheres em relação ao aborto?

Em alguns momentos nas oficinas, vimos como é importante partir desse entendimento como base da discussão para pensar como estamos reivindicando o aborto através de nossas mensagens e se estamos dialogando com as condições de vida e de exclusão experimentadas por todas as mulheres.



É preciso dizer que o panorama exposto acima nem sempre foi uma

diretriz que apareceu, de forma tão explícita, nas oficinas.

Como uma das reflexões produzidas durante as atividades, questionamos de diversas formas porque apesar de mulheres negras serem as mais prejudicadas pelo aborto ilegal e inseguro, a maioria de mulheres que tem composto o debate feminista sobre o aborto são brancas. Aqui apontamos algumas problematizações que guiaram nosso pensar coletivo nessa reflexão:

- a agenda política das mulheres negras em saúde sexual e reprodutiva tem levado, historicamente, a luta pelo direito à maternidade, pela humanização e saúde da mulher negra no sistema de saúde, contra as esterilizações forçadas e o discurso político que aponta o “aborto” para as moradoras de favela como forma de controle reprodutivo das mesmas, entre outras questões;



- o racismo está presente no movimento feminista, e muitas vezes, o discurso e a prática sobre o direito ao aborto acaba por refletir, muitas vezes, somente o olhar e a experiência de mulheres brancas.

Resgate de narrativas e histórias

Resgatar narrativas e histórias sobre mulheres que abortam num contexto pré-colonialista, no qual as mulheres negras e os povos originários exerciam sua autonomia segundo suas mitologias e conhecimentos ancestrais, foi uma das possibilidades levantadas na oficina.

A realocização das mulheres sobre valores que contemplem suas raízes e exaltem suas imagens pode inspirar um novo modo de práticas e significações do aborto, perpassado por diferentes vivências que se localizam fora da hegemonia branca e eurocentrada dos discursos liberais.

Equivocadamente, o aborto às vezes é associado a uma antimaternidade, que se diferencia do fato de a mulher não querer ser mãe. Pois o que reivindicamos é que as mulheres possam escolher, em cada momento de sua vida reprodutiva, levar ou não uma gravidez adiante e ter também as condições para viabilizar tal escolha.

Num contexto de racismo institucional e de genocídio da população negra, a autonomia e os direitos reprodutivos das mulheres negras são elevados a uma

busca mais ampla conceitualizada como **Justiça Reprodutiva**.

Como discutimos nas oficinas, o controle do corpo e vida das mulheres se faz de acordo com idade, classe social e raça. Assim como vemos a negação do direito ao aborto, vemos esterilizações forçadas e políticas de extermínio da população negra e pobre

incidir duplamente no direito a decidir das mulheres, em suas vidas e saúde. Entender a defesa do direito ao aborto nesse conjunto é também contrapor modelos universalizantes de mulher e de patriarcado, que ignoram as diversas injustiças causadas às mulheres.

No que concerne à realidade da mulher negra, a busca pela Justiça Reprodutiva abrange duplamente o seu direito do exercício da maternidade quanto o direito ao aborto livre e seguro. As estatísticas de morte de mulheres grávidas nos procedimentos do SUS têm também os seus maiores números vinculados às mulheres negras, com 53%, enquanto que mulheres brancas ficam em 41% .

A dificuldade do exercício da maternidade num sistema que precariza as suas vidas e numa cultura do embranquecimento que as coloca como chefes de família, condicionadas à solidão da mulher negra, não podem fazer da opção pelo aborto a única via possível.



A opção pelo aborto não pode ser exigida tendo como referência condições sociais e materiais que reproduzem o racismo e a desigualdade social. A luta pela vida das mulheres

exige também condições iguais de escolha pelo exercício da maternidade ou pelo aborto para todas as classes, gêneros e raças.

Violação dos direitos à comunicação e ao aborto: mais conexões do que você pode imaginar

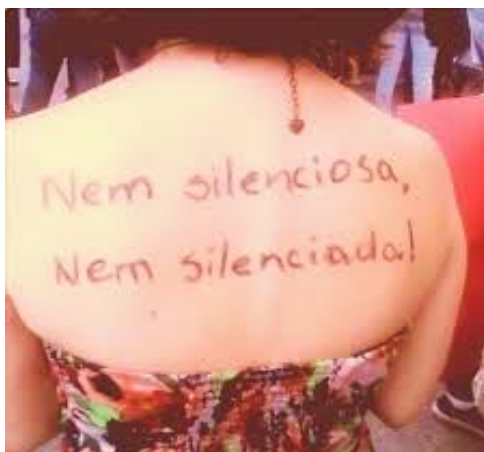
Barrigões de grávidas, mães sorridentes com seus bebês, casais heterossexuais. Essas imagens são encontradas com facilidade em jornais, revistas e sites brasileiros de grande alcance, quando o assunto são questões sexuais e reprodutivas das mulheres. Não é preciso ir muito longe para compreender o controle simbólico sobre nossos corpos. Basta uma proposta rápida. Vamos inverter a situação. Como será que os homens são retratados quando o assunto é exatamente o mesmo? Para início de conversa: sozinhos.

Uma busca na internet por imagens já dá o tom da diferença de tratamento em reportagens e outros formatos. A sexualidade e os direitos reprodutivos dos homens não são condicionados às mulheres nas narrativas mais comuns.

Eles são considerados de forma independente, relacionados à liberdade masculina. Multiplicam-se informações sobre uso da camisinha, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (espera-se que eles tenham muitas parceiras/os). Mas não há essa associação da sexualidade aos direitos reprodutivos, onde masculino=gravidez=filhos.

Já as mulheres têm seus direitos reprodutivos frequentemente relacionados à maternidade, ao relacionamento heterossexual e à noção de planejamento familiar. Embora os movimentos de mulheres tenham conquistado muitos avanços nas últimas décadas no Brasil, a julgar pelas narrativas da mídia tradicional do país, ainda somos retratadas de acordo com uma padronização sobre o ser mulher, nossas existências, diferenças, escolhas e longe das nossas autonomias SEXUAIS (que nem sempre estão ligadas às reprodutivas!). E temos nossos direitos silenciados, transformados em tabu ou até criminalizados

É aí que entram os desafios da comunicação sobre aborto. Embora a legislação brasileira preveja o direito ao aborto em casos específicos desde 1940, até hoje o assunto é negligenciado na imprensa brasileira, retratado em reportagens esparsas e muitas vezes sensacionalistas.



Esse foi um assunto que rendeu durante as oficinas, a partir de vídeos que assistimos juntas, de reportagens trazidas para o debate e de exemplos

lembrados pelas participantes. Aquele enquadramento típico da mulher que fez um aborto alguma vez na vida, colocada de costas para a câmera, sentada em uma cadeira, com luz sombria e a típica sombra projetada na parede a partir do corpo negligenciado da mulher, sem rosto, como se fosse uma criminosa. Esse forte exemplo que se repete em vários programas de tv, reportagens e etc foi um dos que as mulheres apontaram como evidência da linguagem midiática violenta e que não está a favor de um debate público, mas da criminalização da mulher.



Algumas das fotos da zine são de manifestações das mulheres, em 2017 e 2018, contra a PEC 181/2015, que os canais da grande mídia não noticiaram.

O mesmo ocorre quando há por exemplo o desmonte de clínicas de aborto clandestinas. Por que elas existem? O que faz com que até mesmo as mulheres que teriam direito ao abortamento legal, muitas vezes, busquem uma clínica clandestina? Quais são os dados relativos ao aborto no Brasil e no mundo? Se faltam estatísticas, por quê? O que dizem os movimentos sociais de mulheres? Por que as mulheres negras são mais

afetadas pela negação do direito ao aborto no Brasil, embora as mulheres brancas também recorrem ao procedimento? Por que isso é considerado uma violência institucional?

Essas foram algumas das perguntas que apareceram nas discussões, quando falávamos sobre o que as mulheres gostariam de ver na mídia como ainda um início de conversa – ou seja, um nível básico – para que haja debate público sério sobre o tema.

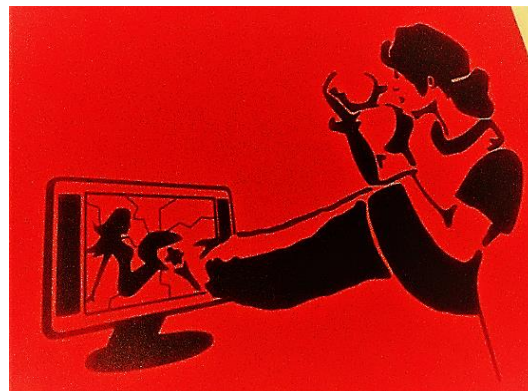
Como exemplo da atuação da mídia na contramão do debate do aborto como um direito das mulheres, existe um caso ocorrido em 2007, em Campo Grande, no qual a Justiça estadual ameaçou indiciar, por suspeita de prática de aborto, quase 10 mil mulheres atendidas em uma clínica na capital, Campo Grande.

Seus prontuários médicos foram ilegalmente apreendidos pela Polícia local, após denúncia feita através de reportagem televisiva, utilizando o recurso da câmera oculta, como lembra o documento das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro relativo à análise da comunicação.



“Desafio todas nós a procurar informações sobre o direito ao aborto, mesmo em casos garantidos pela

constituição do país, na mídia brasileira. Não vão achar quase nada, a desinformação é dominante”, disse uma das participantes das oficinas.



“Nem nas pesquisas acadêmicas se encontram muitos estudos sobre o direito ao aborto”, disse outra, que está fazendo um mestrado sobre o tema.

Aos poucos, a partir das falas e questionamentos de mulheres, as conexões se tornavam mais evidentes.

E por que ainda hoje, com a disseminação da internet, há tanta dificuldade de espaço nos meios de comunicação para falar sobre as diversas perspectivas sobre a vida e as escolhas das mulheres

As razões são muitas, são fruto de uma construção de opressão histórica e de estruturas de poder e de desigualdade.

Entre os pilares desse poder, estão duas violações que ocorrem na base da

sociedade brasileira: ao direito à informação e à comunicação.

Mídia brasileira: concentração de poder e de vozes

De acordo com o Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é preciso garantir a “liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras”.

O direito à comunicação considera que a liberdade de expressão não é somente um direito individual de se falar o que se pensa; precisa ser conquistado coletivamente, através, entre outras formas, da diversificação da propriedade dos meios de comunicação.

Essa leitura se apoia também no entendimento de que não apenas a informação, mas a comunicação como um todo é um direito humano. O conceito “direito à comunicação” começou a ser usado, nos anos 1960, pelo diretor de meios visuais da Organização das Nações Unidas (ONU), Jean D’Arcy.

Mas a luta por espaços e pela produção de comunicação na base, nas comunidades, e nos movimentos de mulheres no mundo todo é muito anterior a esse reconhecimento nos termos da organização internacional.



No entanto, o cenário que temos no Brasil vai na contramão desse direito.

Alguns dados:

- ✓ A sede de três em cada quatro dos grandes grupos de mídia ficam em São Paulo.
- ✓ Quando analisados os 50 veículos de maior audiência no país, vemos que eles são controlados por 26 grupos econômicos.

Além disso, a estrutura midiática brasileira é, na verdade, uma incógnita, já que as empresas não são obrigadas a divulgar estrutura acionária ou balanços, por exemplo.

Ja mídia pública, unificada na Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), tem tido seu caráter público minado pelo governo atual (de Michel Temer), em uma tentativa de transformá-la em mídia estatal, ou seja, que apenas funciona para defender os interesses do governo, ao contrário de garantir o direito à comunicação e informação diversificadas, como atesta a constituição.

Nesse contexto, a disputa de ideias e valores que circulam na sociedade são extremamente desiguais. Os jornais, televisões, rádios e audiências de sites ficam nas mãos de empresas privadas.

Como o aborto é considerado um tema polêmico, ele é deixado de lado por muitas empresas de comunicação privadas. As corporações não atendem à necessidade de debate público, mas a interesses relativos às próprias relações econômicas (ou seja, com anunciantes, por exemplo) e à manutenção do próprio poder e status quo social.



Com isso, pouco se aborda o fato de que, por exemplo, os órgãos públicos não disponibilizam dados suficientes sobre o assunto. E no entanto até bem recentemente sequer eram incomodados pela opinião pública nesse quesito.

A ausência de serviços básicos para cumprimento da lei que garante acesso ao aborto legal em pelo menos sete estados brasileiro, até hoje, não é assunto recorrente nos meios de comunicação. Assim, a invisibilidade é perpetuada e a comunicação, em vez de direito, acaba por alienar e reproduzir a criminalização de que falamos antes.

Em pesquisa feita pela Artigo 19 pelos cinco anos da implementação da Lei de Acesso à Informação – que institui o direito a solicitar e receber informação produzida e tutelada pelo poder e autoridades públicas - uma das conclusões foi que **"a ausência de acesso à informação viola o direito ao aborto legal"**.

De acordo com o estudo, a dificuldade de acesso à informação se reflete diretamente sobre o desconhecimento geral sobre o assunto nas cidades brasileiras.

Uma das fontes mencionadas é uma pesquisa da organização Católicas pelo Direito de Decidir, encomendada ao Ibope em 2005, apontando que "95% das mulheres desconhecem os serviços de violência sexual em suas cidades.

Além disso, quase metade dos brasileiros e brasileiras (48%) desconhece as situações em que o aborto pode ser feito legalmente". O texto da Artigo 19 conclui que o acesso à informações sobre aborto legal no Brasil fazem parte de um caso de saúde pública tratado sob o marco legal da criminalização.

Se até mesmo os casos de aborto previstos pela lei enfrentam o silêncio,

o caminho é longo para democratizar o acesso à informação e ampliar o debate público sobre a legalização da interrupção da gravidez, a partir da perspectiva dos direitos das mulheres, do direito mais básico aos nossos corpos e às nossas vidas. Mas cada comunicadora pode fazer parte do avanço do tema na sociedade!



Comunicadoras em ação: sugestões para a cobertura

➤ *Cuidado com a linguagem*

Palavras escolhidas nas reportagens são uma construção simbólica que precisamos questionar. Além disso, para uma matéria comprometida com a ética, é essencial checar alguns termos técnicos e conceitos.

Por exemplo, usar palavras como “bebê” e “criança” para se referir ao embrião e/ou feto leva à ideia de que o aborto é um assassinato, pois pressupõe a existência de um ser humano com vida extra uterina.

Imagens de mulheres com barrigas que mostram uma gravidez em estado

avanzado, que não corresponde à realização de um aborto, também contribuem para os argumentos antiaborto.

➤ *Quem fala e quem não aparece?*

É importante atentar para quem são as fontes quando o tema é aborto e o que significa ouvir cada uma delas.

A polícia, apresentando a mulher como culpada? A mulher que se diz arrependida do aborto? Como o papel dos homens e sua falta de responsabilidade nas relações, aparece como um dos fatores que podem influenciar no contexto da realização de um aborto?

As mulheres e suas histórias de aborto têm sido escutadas pela sociedade? Como possibilitar isso em um contexto de ilegalidade, preservando a humanidade, integridade, segurança e as vozes das mulheres?

➤ *Números, pesquisas e especialistas*

Defender o direito ao aborto implica em tomar muito cuidado com a escolha de que especialistas ouvir e que pesquisas iremos divulgar. Fazer a checagem de dados e suas fontes é fundamental, assim como encontrar especialistas aliados à nossa pauta – de dentro e de fora da área da saúde. E, sim, dar prioridade às mulheres especialistas no tema.

São ainda comuns as reportagens sobre o tema que trazem as mulheres apenas como objetos da narrativa, mas muitas

vezes não no lugar da reflexão ou de especialistas.

Até que ponto, em uma sociedade onde o conservadorismo tem cada vez mais acesso às grandes mídias, abrir espaço para os grupos antidireitos falar sobre o assunto reforça a ideia de que outros setores devem ser escutados ao invés das mulheres, como sujeitos de suas próprias vida?

Já pensou em escutar grupos religiosos que apresentam uma perspectiva sobre o aborto como direito das mulheres? Aqui vão alguns: *Católicas pelo Direito de Decidir* e *Evangélicas pela Igualdade de Gênero*.

São muitos os grupos de movimentos de mulheres para falar sobre o assunto, de diferentes pontos de vista.



➤ ***Você também conhece alguém que abortou***

A quantidade de abortos realizados no Brasil não condiz com o número de pessoas que se diz contra a prática. Ou seja: mulheres que se posicionam contra o aborto também o praticam. Mostrar circunstâncias concretas em

que mulheres decidem abortar e que mulheres de toda classe social, idade, raça/cor e religião abortam pode ajudar a quebrar essa tabu.

➤ ***Não custa lembrar***

Todo o conteúdo deve ser produzido sempre com muito cuidado com as mulheres ouvidas, para que elas não sejam identificadas e sofram as consequências perversas da opinião pública contrária a elas.

Vamos juntas?

Alguns mecanismos podem nos ajudar a melhorar a qualidade do que é comunicado sobre o aborto, como o uso da Lei de Acesso à Informação e a construção de um banco de fontes e um repositório de pesquisas.

Mulher comunicadora: é sempre importante você se preservar para não correr o risco de ser criminalizada, além de prevenir a criminalização de demais mulheres. Veja mais à frente nossas dicas de proteção ao

usar a internet para falar sobre aborto.

É importante ter em mente também que nosso direito de falar sobre aborto, divulgar informações científicas e gerar debates, enquanto comunicadoras, ativistas e cidadãos, encontra respaldo no direito à informação (art.5º, inc XIV, CF) e na liberdade de expressão (art 5º, inc IX, CF), previstos na Constituição brasileira.

De olho no nosso rastro digital

Infelizmente, no nosso contexto latino-americano, onde ainda lutamos por vários direitos sexuais e reprodutivos, pedir informação e/ou falar sobre aborto pode ser algo que eventualmente nos expõe a ataques machistas.

Isso é algo a se levar em consideração principalmente nas nossas interações na Internet. Da mesma forma que a rede é uma ferramenta maravilhosa para encontrar informação e solidariedade, muitas informações pessoais tendem a ficar disponíveis e associadas a nossas idéias e falas.

Mas, nem sempre é interessante associarmos tudo sobre nós ao nosso nome ou mantermos registros das nossas comunicações armazenadas para sempre. Só que, por razões de mercado, é isso que a maioria das plataformas que usamos fazem por padrão.



Sendo assim, é importante pensar quais informações você quer associar a sua identidade e ajustar as configurações de privacidade das contas dos serviços tanto para minimizar nosso rastro digital, quanto proteger o acesso a dados e conversas.

Por exemplo, se você é comunicadora e tem como missão discutir o assunto de maneira explícita, vale pensar se os perfis que você utiliza nas redes sociais precisam estar abertos, se informações como seu telefone, endereço, rede de familiares e dados de localização estão disponíveis para qualquer um ver, etc.

Além da comunicação com a público em geral, vale lembrar que chats privados, grupos e redes sociais guardam nossas conversas e que nosso navegador geralmente também registra nosso histórico de buscas. Tudo isso pode ficar disponível por quem tiver acesso ao seu celular, computador, tablet ou à conta das parceiras com quem você se comunica.

Vale ficar de olho no que você pode deletar e proteger mexendo nas suas configurações de privacidade e mudando alguns hábitos.

Você poder usar senhas fortes e habilitar criptografia, tanto nos apps quanto nos celulares, escolher apps que permitem autodestruição de mensagens ou te deixam deletar a distância, habilitar as configurações de privacidade dos apps para guardar menos informações, etc.

O mais importante é lembrar que segurança digital não é coisa de hacker. Podemos todas ser mais seguras tomando algumas precauções fáceis.

É uma questão de integrar algumas práticas na nossa cultura de resistência, algo como falar para a amiga dar um toque quando chegar em casa depois de pegar algum transporte à noite.

Para começar, abaixo compartilhamos algumas dicas. Analise com quem deseja se comunicar, qual é o seu objetivo e assim, escolha a forma mais segura e efetiva:

➤ *Comunicações privadas*

Como canais de comunicação que tenham como objetivo a organização e articulação de ações/campanhas ou a comunicação interpessoal entre mulheres buscando informação, recomenda-se:

- aplicativos de bate-papo criptografados, como o Signal ou Telegram. No caso desse último, recomendamos o uso da opção “chat secreto” do aplicativo.

O Telegram dá a possibilidade de chats criptografados (com o cadeado) só para conversas entre duas pessoas, não para grupos. Nesse caso, exposição pode ser maior do que Whatsapp, que tem criptografia, mas pertence ao Facebook. Signal é o mais seguro;

Lembre-se: os espaços de chat também não são tão privados assim. A maioria das redes sociais são mantidas por empresas, com interesses diversos, e na maioria das redes, as empresas ou as pessoas que administram o serviço têm acesso ao conteúdo das mensagens, e pode repassá-lo a terceiros.

Então é recomendado não manter conversas sensíveis em chats privados. Signal e Telegram tem opção de auto-destruição de conversas entre duas pessoas, é só habilitar o relojinho e

valorizar o efêmero. Tenha cuidado com o que diz em chats grupos, valorize outros canais para temas sensíveis.

Muito importante também é prestar atenção em quem são as pessoas que participam dos mesmos grupos de chat que você. Não adianta usar criptografia se dentro dos grupos há "bois na linha", né?

Preste também atenção em notificações de "troca de chave" ou "troca de código de segurança", que ocorrem quando uma pessoa reinstala o app ou troca de celular, mas podem ser também uma infiltração na conta da pessoa.

O Signal já avisa desde a instalação; no Whatsapp, habilite a opção de "Mostrar notificações de segurança" em Configurações > Conta > Segurança.

Confirme o que aconteceu pessoalmente ou por outro canal de comunicação.

- realizar encontros presenciais.

Lembrando que nossos celulares queridos são também pequenos espiões de bolso. Diversos aplicativos tem acesso ao microfone e a câmera dos celulares, e podem acioná-los. O Messenger do Facebook, por exemplo, coleta áudio o tempo todo. Se tiver instalado no celular, capta todas as suas conversas. Se tiver muito que usá-lo, ao menos desabilite o acesso ao microfone para esse aplicativo.

Além disso, celulares infectados com malwares também podem ter o microfone e a câmera acionados sem que percebamos.

Por isso, é importante não baixar qualquer aplicativo por aí, manter seu

celular limpo e esporadicamente, apagar seus históricos de conversa. Assim você também economiza memória.

Em caso de reuniões e conversas sensíveis ou íntimas, deixe o celular distante. É uma boa prática também cobrir as câmeras do aparelho com adesivos, e só destacá-los quando for usar.

- Se quiser um canal seguro para além do chat, o Riseup disponibiliza contas gratuitas para e-mails criptografados

Por último, não se esqueça! As senhas são uma parte importante da sua segurança nas redes. Habilite senhas fortes nos seus dispositivos e apps de chat.

Para construir senhas fortes, tente fazer frases-senhas em vez de palavras-senhas ou datas de aniversário. Misture várias línguas e linguagens (use o pajubá, iorubá, nheengatu, guarani, esperanto!). Use gírias e expressões que não existam em dicionários, números e caracteres especiais, letras maiúsculas e minúsculas.

➤ *Campanhas e interação com o público*

Para difusão de uma campanha, vale lembrar:

Utilizar uma única conta no Facebook e Instagram vinculada ao seu "nome real", para interagir com amigos e família e para trabalhar e atuar politicamente pode expor seus dados e aumentar o risco de ameaças.

É importante lembrar de informar o mínimo possível de dados pessoais ao criar contas,

manter o que tiver que declarar com acesso restrito e limitar as permissões de acesso a dados, por exemplo, dado de localização, no caso dos aplicativos.

Experimente usar contas diferentes para cada tipo de interação na rede, por exemplo:

um perfil mais privado para pessoas mais próximas, e outro para questões de trabalho; um perfil com um pseudônimo ou variações de seu nome para uma atuação mais política na rede; ou um perfil coletivo para fazer denúncias e administrar páginas.

Assim, você consegue filtrar melhor quem tem acesso às suas informações e vida íntima, e pode também evitar situações de bloqueio de seu perfil pessoal.

Claro, gerir múltiplos perfis dá trabalho, o mínimo de compartimentação já é bem vindo. Que tal ao menos ter um perfil coletivo para os ativismos mais sensíveis?



O nome da coletiva pode proteger indivíduos. Nas contas pessoais, não aceite solicitações de totais desconhecidos.

O uso de contas diferentes para objetivos diversos pode te ajudar, principalmente, a evitar perseguição e exposição por parte de intolerantes e propagadores de ódio.

O Facebook, com sua "política de nome real", tenta nos forçar a utilizar um único perfil, e pode bloquear perfis que considera não verdadeiros. Mas essa política não é respaldada por lei e, como já vimos, só

umenta nossa exposição e o risco à ataques, então a ideia é resistir, é ser várias!

Além disso, quanto maior o número de páginas nas redes sociais abrigando o conteúdo, mais difícil fica de uma campanha ser derrubada ou interrompida.

Ainda assim, não confie nas redes sociais como seu único lugar para armazenar o conteúdo da campanha. Tenha seu próprio site, hospedado em um servidor seguro. Cada vez mais, existem iniciativas de servidoras feministas que podem te ajudar.

Infelizmente, uma das reações que uma publicação ou campanha de grande alcance pode criar são os discursos de ódio. Aqui, apontamos a importância, na medida do possível, não cairmos em provocações ou discussões que deslocam nossas energias para o exaustão e para longe de nossas prioridades e ações de importância.

Em caso de ataques machistas em redes sociais, ainda mais se for persistente, documente o ataque com captura de tela e link do perfil do usuário e denuncie na plataforma, assim você ajuda que esse tipo de

comportamento não atinja outras colegas também.

Enquanto a plataforma não responde, bloquear as vozes machistas e agressivas também é uma boa saída. Se a coisa piorar, lembre-se que racismo, injúria, calúnia, difamação ou ameaça são crimes, você pode optar por recorrer a uma denúncia na delegacia da mulher.

Outras fontes de informação que nos inspiram:

- **Aborto. Guia para Profissionais de Comunicação. Disponível em:**

<http://agenciapatriciaalvao.org.br/wp>

[content/uploads/2011/02/aborto_guia_profcomunicacao2011.pdf](http://agenciapatriciaalvao.org.br/wp-content/uploads/2011/02/aborto_guia_profcomunicacao2011.pdf)

- **Acesso à informação e Direitos das Mulheres.**

Disponível em:

<http://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2016/12/Acesso-%C3%A0-Infoma%C3%A7%C3%A3o-e-Direitos-das-Mulheres.pdf>

- **A de Aborto: Guia Prático sobre limites e parâmetros legais da fala sobre aborto no Brasil. Disponível em:**

<https://www.womenonwaves.org/en/page/6559/adeabortoquiaprticoparafalarsobreabortonobrasil>

- **Guia prática de estratégias e táticas para a segurança digital**

feminista. Disponível em:

<http://feminismo.org.br/guia/guia-pratica-seguranca-cfemea.pdf>

- Porque a criminalização do aborto mata mais mulheres negras.

Disponível em:

<http://www.huffpostbrasil.com/2017/09/28/por-que-a-criminalizacao-do-aborto-mata-mais-mulheres-negras-a-23226664/>

- SaferManas, dicas feministas de segurança digital

<https://medium.com/codingrights/safermanas-dicas-de-seguran%C3%A7a-digital-em-qifs-bf270086eb66>

Este texto se refere a mulheres que tiveram abortos. Mas acreditamos igualmente na importância de ressaltar que existem pessoas que não se enquadram nesta identidade, como homens trans e pessoas que não respondem por gêneros binários e também passam por experiências de abortos certamente merecedoras de atenção, reconhecimento e solidariedade em rede.

Dedicamos a zine à Elizângela Barbosa, Jandira Magdalena dos Santos, Caroline Mele Machado Duo e todas as mulheres que morreram vítimas da criminalização e da estigmatização do aborto.

Também a dedicamos à Marielle Franco, mulher negra, defensora de direitos humanos, lutadora anti-racista, pelos direitos de moradoras/es de favela e que tanto fez pelo direito das mulheres ao aborto.

Essa publicação se inspira no direito fundamental à informação, previsto em nossa constituição (art. 5º, CF/88), que também é parte dos direitos sexuais e reprodutivos, previstos em tratados internacionais dos quais o Brasil foi signatário.

Foi construída por muitas mãos e experiências das mulheres e defensoras/es de direitos, com base em pesquisas científicas, debates e compartilhamentos durante oficinas e atividades públicas.

A zine e as oficinas realizadas contaram com a autoria e participação de comunicadoras do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social e da Coding Rights.

As opiniões aqui expressas não refletem as opiniões das autoras das imagens e artes, coletadas e usadas nessa zine.

Escreva para nós:

utero.livre@riseup.net

Encontre a zine na internet através da página:

<https://uterolivre.milharal.org/>

